

30 de setembro de 2014

Versão retificada às 15h.30m

No segundo parágrafo, 5ª linha, onde se lia 1º trimestre de 2014, passa a ler-se 2º trimestre de 2014

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

2º Trimestre de 2014

Capacidade de financiamento da Economia portuguesa aumentou para 1,6% do PIB

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,6% do PIB no 2º trimestre de 2014, mais 0,2 pontos percentuais (p.p.) que no trimestre anterior. Esta melhoria foi determinada pelo aumento da poupança corrente da economia, em resultado do aumento de 1,1% do Rendimento Disponível Bruto da Nação, que mais que compensou o aumento da despesa de consumo final (0,7% no ano terminado no 2º trimestre de 2014).

Com exceção das Administrações Públicas, os saldos dos restantes setores internos aumentaram. A capacidade de financiamento das Famílias aumentou de 5,1% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2014 para 5,4%. A taxa de poupança das Famílias aumentou, fixando-se em 10,1% (9,6% no ano terminado no trimestre anterior), devido sobretudo ao aumento do rendimento disponível (variação de 1,3%). Os saldos das Sociedades Não Financeiras e das Sociedades Financeiras fixaram-se respetivamente em -1,8% e 2,9% do PIB no 2º trimestre de 2014 (-2,2% e 2,6% no trimestre anterior, pela mesma ordem).

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas aumentou, passando de 4,1% do PIB no 1º trimestre para 4,8% no ano acabado no 2º trimestre de 2014, refletindo sobretudo o aumento da despesa com transferências de capital e, em menor grau, das despesas com pessoal. No 1º semestre de 2014, o défice das Administrações Públicas situou-se em -6,5% do PIB (-6,6% do PIB em igual período do ano passado).

Novas séries de Contas Nacionais por Setor Institucional – base 2011, SEC 2010

Com a divulgação da nova série de Contas Nacionais por Sector Institucional (anuais e trimestrais), o Instituto Nacional de Estatística dá continuidade à publicação das Contas Nacionais Portuguesas (CNP) tendo 2011 como ano base e o SEC 2010 como referência metodológica.

As revisões das CNP resultam, por um lado, das alterações metodológicas decorrentes da implementação do Sistema Europeu de Contas 2010 – SEC 2010 (em comparação com o sistema anterior, o SEC 1995) e, por outro, da incorporação de nova

informação estrutural, nomeadamente dos resultados dos Censos 2011, proporcionando deste modo uma representação mais fiel da realidade económica do país, constituindo uma nova âncora para a compilação regular de contas nacionais de frequência anual ou trimestral.

Para informação mais abrangente e detalhada sobre o processo de implementação da base 2011, consultar os destaques de 29 de agosto e 8 de setembro ou o Portal do INE, em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais_metod.

No final deste destaque apresenta-se ainda uma caixa com as alterações com impacto mais relevante nas contas nacionais por setor institucional.

A informação disponibilizada com este destaque abrange o período entre o 1º trimestre de 1995 e o 2º trimestre de 2014. Comparativamente às séries trimestrais divulgadas em 8 de setembro passado, passa a estar disponível no Portal do INE¹, na área de contas nacionais, um novo conjunto de séries que além de corrigirem algumas incorreções entretanto detetadas e incorporam novos dados decorrentes da compilação das contas das administrações públicas que se apresentam neste destaque.

Como tem sido prática habitual, as contas nacionais por setor institucional estão expressas exclusivamente em termos nominais. De igual modo, salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos, que se apresentam no destaque, referem-se ao **ano acabado no trimestre de referência**, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Capacidade de financiamento da economia atinge 1,6% do PIB

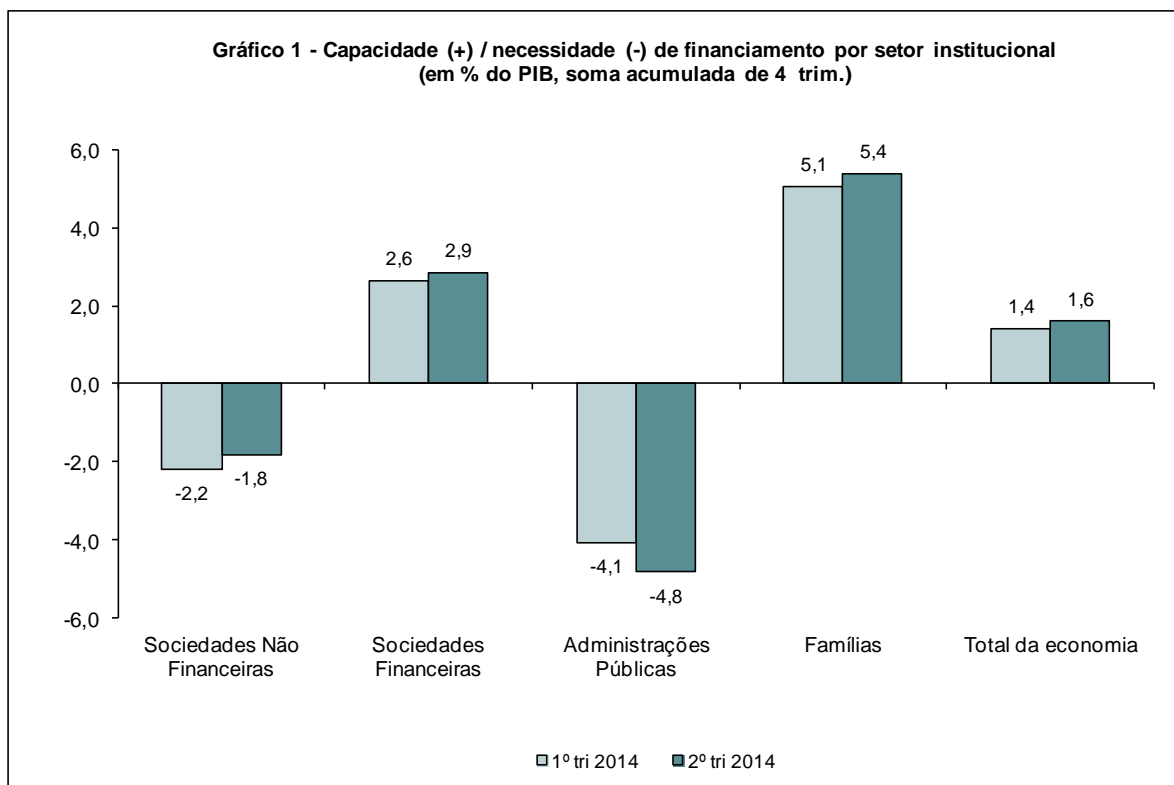
A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,6% do PIB no 2º trimestre de 2014, mais 0,2 pontos percentuais (p.p.) que no trimestre anterior. Esta evolução deveu-se essencialmente à redução dos rendimentos de propriedade pagos ao exterior (taxa de variação de -3,9%), que mais que compensou a evolução desfavorável do Saldo Externo

de Bens e Serviços. As importações e as exportações aumentaram 0,5% e 0,3%, respetivamente, no ano acabado no 2º trimestre de 2014.

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional, para os anos terminados no 1º e 2º trimestres de 2014. A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) aumentou, passando de 4,1% do PIB no 1º trimestre para 4,8% no ano acabado no 2º trimestre de 2014, refletindo sobretudo o aumento da despesa com transferências de capital, correspondente essencialmente ao valor da dívida de duas empresas públicas de transporte que passa a incluir a dívida das AP, na sequência dos empréstimos concedidos pelo Estado no 2º trimestre, tendo em consideração que aquelas empresas apresentam capitais próprios negativos. Do lado da receita, destaca-se o aumento de 2,4% dos impostos sobre a produção e importação.

Para os restantes setores da economia, a capacidade de financiamento aumentou para 6,4% do PIB no 2º trimestre de 2014 (5,5% no trimestre anterior). Com exceção das AP, todos os setores internos registaram uma melhoria dos respetivos saldos. Para o setor das Famílias, o aumento das remunerações e dos rendimentos de propriedade mais que compensaram o aumento da despesa de consumo final, fixando a capacidade de financiamento em 5,4% do PIB (mais 0,3 p.p. que no trimestre anterior).

¹ http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cn_sec2010.



Famílias: a capacidade de financiamento aumentou para 5,4% do PIB

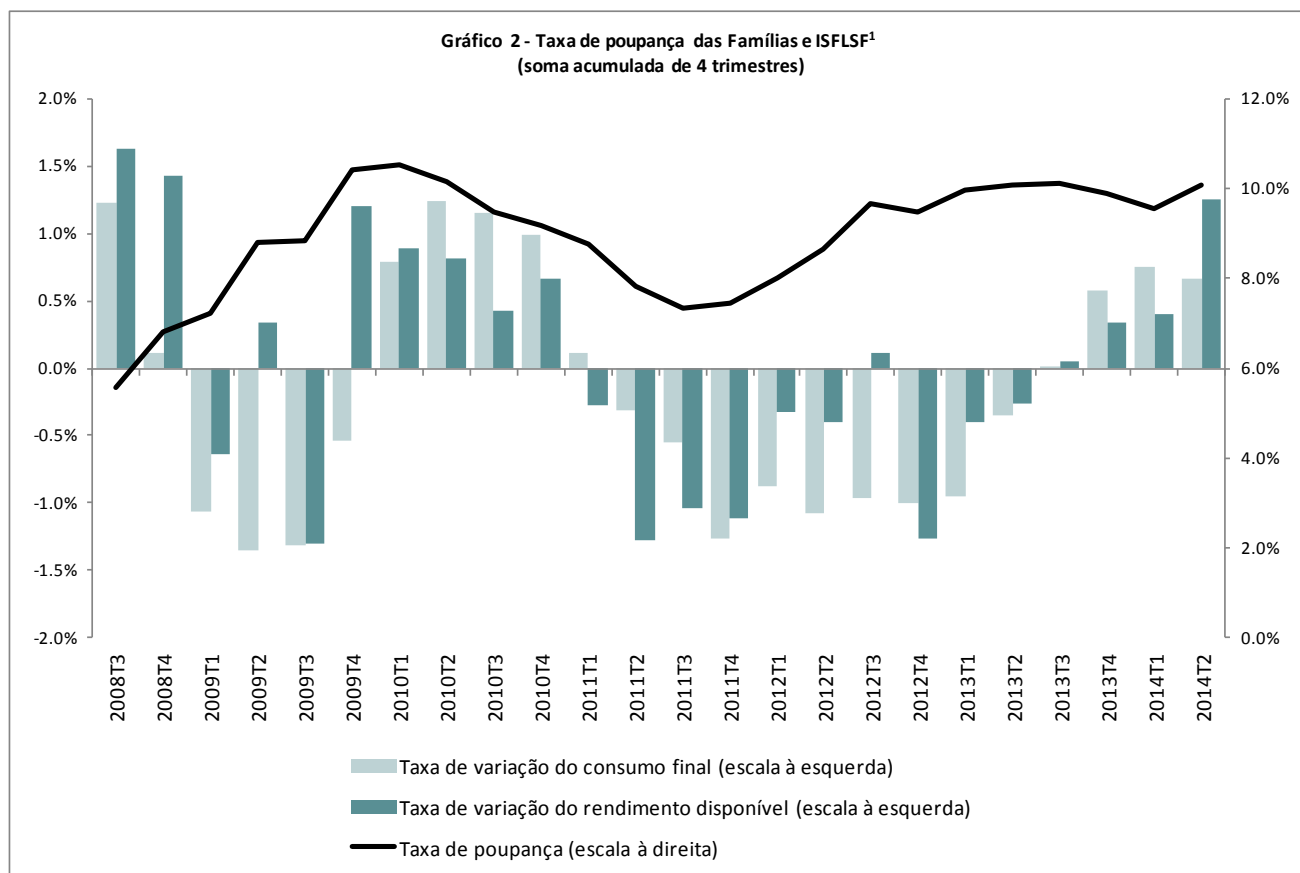
A capacidade de financiamento das Famílias aumentou para 5,4% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2014 (5,1% no trimestre anterior). Para este resultado contribuiu o aumento do rendimento disponível em 1,3%, que mais que compensou o aumento de 0,7% da despesa de consumo final (ver gráfico 2). Esta evolução determinou um aumento de 6,7% da poupança das Famílias, fixando-se a taxa de poupança em 10,1% (9,6% no ano terminado no trimestre anterior).

O aumento do rendimento disponível foi determinado pelo aumento das remunerações e pelo saldo positivo

dos rendimentos de propriedade, que apresentaram taxas de variação de 0,9% e 5,9%, respetivamente, no ano terminado no 2º trimestre de 2014.

No quadro 1, que decompõe a taxa de variação do rendimento disponível pelas suas componentes, pode observar-se que o aumento das remunerações contribuiu em 0,6 p.p. para o aumento de 1,3% registado para o rendimento disponível.

No quadro 2, que descreve a composição do rendimento disponível das Famílias, mostra-se o aumento progressivo da importância relativa dos impostos, que atinge valores máximos nos dois primeiros trimestres de 2014, fixando-se em -11,2% do rendimento disponível das Famílias.



Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (pontos percentuais, MM4)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2010T1	0,2	0,3	-0,3	0,3	-0,1	0,6	0,9
2010T2	0,5	0,2	0,4	0,3	0,1	-0,6	0,8
2010T3	0,3	0,2	-0,2	0,1	-0,2	0,2	0,4
2010T4	0,0	0,0	0,4	-0,3	0,5	-0,2	0,7
2011T1	-0,3	-0,1	0,0	-0,1	0,2	-0,2	-0,3
2011T2	-0,6	-0,2	-0,7	-0,4	0,0	0,1	-1,3
2011T3	-0,6	-0,2	0,0	-0,4	0,1	-0,2	-1,0
2011T4	-1,0	-0,1	0,1	0,0	0,1	-0,4	-1,1
2012T1	-0,5	-0,1	0,2	0,3	-0,3	0,1	-0,3
2012T2	-1,7	0,0	0,9	-0,2	0,0	-0,1	-0,4
2012T3	-0,6	0,1	0,3	0,0	-0,1	0,3	0,1
2012T4	-1,5	0,1	-0,3	-0,6	-0,1	0,5	-1,3
2013T1	-0,1	0,0	0,5	0,2	0,2	-1,0	-0,4
2013T2	-0,2	0,1	-0,4	0,4	0,1	-0,1	-0,3
2013T3	-0,1	0,2	0,1	0,4	0,3	-0,7	0,0
2013T4	0,9	0,1	0,4	0,2	0,1	-1,2	0,3
2014T1	0,0	0,2	0,3	-0,2	0,0	-0,2	0,4
2014T2	0,6	0,2	0,6	0,0	0,1	-0,1	1,3

¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias.

Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (% , MM4)

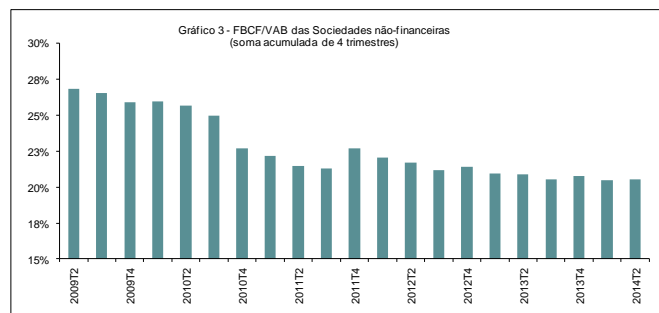
	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais	Transferências líquidas recebidas
2010T1	65,9	24,5	7,8	-7,1	22,1	3,2
2010T2	65,8	24,5	8,1	-7,6	22,2	3,3
2010T3	65,8	24,5	7,9	-7,3	22,2	3,1
2010T4	65,4	24,3	8,2	-7,5	21,8	3,6
2011T1	65,2	24,3	8,2	-7,7	21,8	3,8
2011T2	65,5	24,5	7,6	-7,7	21,7	3,9
2011T3	65,5	24,5	7,7	-8,0	21,5	4,0
2011T4	65,2	24,7	7,8	-8,5	21,7	4,1
2012T1	64,9	24,7	8,0	-8,5	22,1	3,9
2012T2	63,5	24,8	8,9	-8,6	22,0	3,9
2012T3	62,8	24,9	9,2	-8,3	22,0	3,8
2012T4	62,0	25,3	9,0	-7,9	21,6	3,7
2013T1	62,1	25,4	9,5	-9,0	21,9	4,0
2013T2	62,1	25,6	9,1	-9,1	22,4	4,1
2013T3	62,1	25,8	9,2	-9,8	22,8	4,4
2013T4	62,7	25,8	9,6	-11,0	23,0	4,5
2014T1	62,4	25,9	9,9	-11,2	22,7	4,5
2014T2	62,3	25,8	10,4	-11,2	22,5	4,6

Sociedades Não Financeiras: taxa de investimento fixou-se em 20,5%

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 1,8% do PIB no ano terminado no 2º trimestre de 2014, que compara com uma necessidade de financiamento de 2,2% no trimestre anterior. A redução da necessidade de financiamento deste setor refletiu sobretudo o efeito da transferência de capital extraordinária das AP, correspondente essencialmente à dívida de duas empresas públicas como atrás já se referiu. Deduzindo este efeito extraordinário, a necessidade de financiamento do setor ter-se-ia agravado em 0,3 p.p. do PIB, como consequência do aumento dos encargos com remunerações e rendimentos de propriedades, em 1,0% e 2,2%, respetivamente.

A FBC das Sociedades Não Financeiras aumentou 2,4% no 2º trimestre de 2014 (variação de 2,5% no 1º trimestre de 2014). A taxa de investimento (medida

através do rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o VAB) manteve-se em 20,5% no 2º e 1º trimestres de 2014.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento aumentou para 2,9% do PIB

No 2º trimestre de 2014, o setor das Sociedades Financeiras apresentou uma capacidade de financiamento de 2,9% do PIB, o que compara com 2,6% do PIB no trimestre anterior. Esta melhoria foi sobretudo determinada pelo comportamento do saldo dos rendimentos de propriedade, tendo os rendimentos

de propriedade pagos e recebidos diminuído 4,2% e 2,5%, respetivamente. As remunerações pagas pelo setor diminuíram 3,2% no ano terminado no 2º trimestre de 2014. A poupança corrente deste setor aumentou 5,2%.

A Formação Bruta de Capital (FBC) registou uma taxa de variação de -0,1% no 2º trimestre de 2014, idêntica à do trimestre anterior.

Setor das Administrações Públicas: défice aumenta 0,7 p.p.

A necessidade de financiamento das AP registou um aumento de 0,7 p.p. no ano terminado no 2º trimestre de 2014, relativamente ao ano terminado no trimestre anterior, atingindo 4,8% do PIB. Este aumento da necessidade de financiamento resultou de um aumento significativo da despesa superior ao verificado na receita (ver Quadro 3).

Do lado da receita, verificou-se um aumento dos impostos sobre a produção e importação, enquanto os impostos sobre o rendimento e património se mantiveram praticamente ao mesmo nível do trimestre anterior. Adicionalmente verificou-se uma redução das outras receitas correntes.

O aumento da despesa foi em grande medida determinado pelo aumento da despesa de capital, e, em menor grau, pelo aumento das despesas com pessoal. Pelo contrário, o consumo intermédio diminuiu.

O aumento da despesa de capital resultou do registo, como transferências de capital, das operações de financiamento do Estado às empresas Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA e Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA (1192 milhões de euros) e do perdão do empréstimo (*write-off*) que a

Parvalorem detinha sobre o BPN Crédito (96 milhões de euros) associado à venda do BPN Crédito pela Parparticipadas.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -3230,7 milhões de euros no 2º trimestre de 2014, correspondente a -7,3% do PIB.

Para o conjunto do 1º semestre de 2014, o saldo global das AP fixou-se em -5.573,7 milhões de euros, correspondendo a -6,5% do PIB (-6,6% do PIB em igual período do ano passado).

Tal como referido em edições anteriores desta publicação, no apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações

financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

O quadro 4 sintetiza os principais ajustamentos para a passagem do saldo em contabilidade pública para o

saldo em contabilidade nacional. Comparando o 1º semestre de 2014 com o semestre homólogo verificou-se um agravamento do saldo em contabilidade pública tal como em contabilidade nacional, embora menos significativo no último caso.

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

unidade: 10⁹ euros

	2013T2	2013T3	2013T4	2014T1	2014T2
Receitas totais	73.851,5	74.793,9	77.425,3	77.819,5	78.038,9
Receita corrente	71.614,2	72.923,8	75.650,5	76.078,9	76.377,1
Impostos sobre o rendimento e património	16.753,0	17.507,7	19.388,9	19.623,5	19.628,9
Impostos sobre a produção e importação	22.810,5	22.993,1	23.507,2	23.769,3	24.330,5
Contribuições sociais	19.869,5	20.084,2	20.404,1	20.213,0	20.255,0
Vendas	6.718,7	6.919,1	6.890,1	7.018,2	6.947,9
Outras receitas correntes	5.462,5	5.419,7	5.460,2	5.454,9	5.214,9
Receitas de capital	2.237,3	1.870,2	1.774,8	1.740,6	1.661,8
Despesas totais	83.237,8	84.964,7	85.734,5	84.834,3	86.408,0
Despesa corrente	78.036,7	79.334,4	80.374,2	79.995,4	80.347,9
Prestações sociais	33.608,7	34.198,7	34.728,3	34.688,2	34.622,8
Despesas com pessoal	20.330,2	20.555,7	21.230,4	20.900,4	21.238,4
Juros	8.414,2	8.509,5	8.530,3	8.586,7	8.681,3
Consumo intermédio	9.884,8	10.058,3	9.802,3	9.946,4	9.812,6
Subsídios	976,1	976,3	986,8	1.038,1	1.087,7
Outra despesa corrente	4.822,6	5.036,1	5.096,1	4.835,5	4.905,3
Despesa de capital	5.201,1	5.630,2	5.360,3	4.839,0	6.060,0
Investimento ⁽¹⁾	3.436,2	3.905,2	3.810,5	4.019,1	3.967,5
Outra despesa de capital	1.765,0	1.725,0	1.549,9	819,9	2.092,5
Saldo corrente	-6.422,4	-6.410,6	-4.723,7	-3.916,5	-3.970,8
Saldo total	-9.386,3	-10.170,7	-8.309,2	-7.014,9	-8.369,0
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	69.622,43	70.824,97	71.843,87	71.408,65	71.666,69
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	168.771,09	169.580,59	171.210,95	172.628,05	173.701,30
Défice em % PIB	-5,6%	-6,0%	-4,9%	-4,1%	-4,8%

Quadro 4: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações públicas ao ano acabado no trimestre

taxas de variação (%)

	2013T2	2013T3	2013T4	2014T1	2014T2
Receitas totais	1,0	1,3	3,5	0,5	0,3
Receita corrente	1,4	1,8	3,7	0,6	0,4
Impostos sobre o rendimento e património	6,6	4,5	10,7	1,2	0,0
Impostos sobre a produção e importação	-1,4	0,8	2,2	1,1	2,4
Contribuições sociais	0,1	1,1	1,6	-0,9	0,2
Vendas	0,7	3,0	-0,4	1,9	-1,0
Outras receitas correntes	4,5	-0,8	0,7	-0,1	-4,4
Receitas de capital	-12,6	-16,4	-5,1	-1,9	-4,5
Despesas totais	0,0	2,1	0,9	-1,0	1,9
Despesa corrente	0,9	1,7	1,3	-0,5	0,4
Prestações sociais	0,7	1,8	1,5	-0,1	-0,2
Despesas com pessoal	1,1	1,1	3,3	-1,6	1,6
Juros	0,7	1,1	0,2	0,7	1,1
Consumo intermédio	3,7	1,8	-2,5	1,5	-1,3
Subsídios	-4,8	0,0	1,1	5,2	4,8
Outra despesa corrente	-2,9	4,4	1,2	-5,1	1,4
Despesa de capital	-11,1	8,3	-4,8	-9,7	25,2
Investimento ⁽¹⁾	-6,2	13,7	-2,4	5,5	-1,3
Outra despesa de capital	-19,3	-2,3	-10,2	-47,1	155,2

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Receitas e Despesas do setor das Administrações públicas

	2º trimestre de 2013		2º trimestre de 2014		Taxas de variação(%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	18.386,0	42,8	18.605,5	42,3	1,2
Receita corrente	17.954,0	41,8	18.252,3	41,5	1,7
Impostos sobre o rendimento e património	4.388,0	10,2	4.393,4	10,0	0,1
Impostos sobre a produção e importação	5.409,1	12,6	5.970,3	13,6	10,4
Contribuições sociais	4.888,0	11,4	4.930,0	11,2	0,9
Vendas	1.689,5	3,9	1.619,2	3,7	-4,2
Outras receitas correntes	1.579,4	3,7	1.339,4	3,0	-15,2
Receitas de capital	432,0	1,0	353,2	0,8	-18,2
Despesas totais	20.262,6	47,2	21.836,2	49,6	7,8
Despesa corrente	19.313,1	45,0	19.665,7	44,7	1,8
Prestações sociais	8.133,0	18,9	8.067,6	18,3	-0,8
Despesas com pessoal	5.174,3	12,0	5.512,3	12,5	6,5
Juros	2.083,9	4,9	2.178,4	4,9	4,5
Consumo intermédio	2.632,4	6,1	2.498,5	5,7	-5,1
Subsídios	218,4	0,5	268,0	0,6	22,7
Outra despesa corrente	1.071,1	2,5	1.140,8	2,6	6,5
Despesa de capital	949,5	2,2	2.170,5	4,9	128,6
Investimento ⁽¹⁾	827,6	1,9	776,1	1,8	-6,2
Outra despesa de capital	121,8	0,3	1.394,5	3,2	1.044,5
Saldo corrente	-1.359,1	-3,2	-1.413,4	-3,2	
Saldo total	-1.876,6	-4,4	-3.230,7	-7,3	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional		
	Unid: milhões euro	
	2013S1	2014S2
Saldo em contabilidade pública:	-3.809,5	-4.240,9
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	-411,3	571,2
Diferença entre juros pagos e devidos	-72,9	332,1
Outros valores a receber:	-872,4	-920,3
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	-735,1	-335,6
<i>Outros</i>	-137,3	-584,7
Outros valores a pagar:	-296,4	109,7
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	-225,6	77,0
<i>Outros</i>	-70,7	32,7
Outros ajustamentos:	-51,4	-1.425,5
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital</i>	-702,0	-1.782,4
Saldo em contabilidade nacional :	-5.513,9	-5.573,7
PIB Trimestral	83.095,5	85.585,8
Em % do PIB	-6,6%	-6,5%

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto aumentou 1,0%

No 2º trimestre de 2014, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registou uma variação nominal de 1,2%, superior em 0,4 p.p. à taxa de variação do PIB nominal. Para este resultado contribuiu a evolução do saldo dos rendimentos primários (remunerações do trabalho e do capital) com o exterior, que registou um saldo menos negativo no 2º trimestre de 2014, observando-se taxas de variação de 1,6% nos rendimentos recebidos e -4,0% nos rendimentos pagos.

Quadro 7: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2008T1	176 983		170 994		172 390	
2008T2	178 049	0,6	171 697	0,4	173 039	0,4
2008T3	179 192	0,6	172 326	0,4	173 837	0,5
2008T4	178 873	-0,2	171 910	-0,2	173 720	-0,1
2009T1	177 223	-0,9	170 010	-1,1	171 649	-1,2
2009T2	176 086	-0,6	168 853	-0,7	170 323	-0,8
2009T3	175 575	-0,3	169 117	0,2	170 217	-0,1
2009T4	175 448	-0,1	169 024	-0,1	169 934	-0,2
2010T1	177 254	1,0	171 121	1,2	172 049	1,2
2010T2	178 281	0,6	171 957	0,5	173 069	0,6
2010T3	179 325	0,6	172 360	0,2	173 639	0,3
2010T4	179 930	0,3	173 689	0,8	174 798	0,7
2011T1	179 483	-0,2	174 179	0,3	175 426	0,4
2011T2	178 857	-0,3	173 937	-0,1	175 199	-0,1
2011T3	177 960	-0,5	174 042	0,1	175 361	0,1
2011T4	176 167	-1,0	172 518	-0,9	173 844	-0,9
2012T1	175 128	-0,6	170 446	-1,2	171 778	-1,2
2012T2	172 799	-1,3	168 057	-1,4	169 298	-1,4
2012T3	171 534	-0,7	166 436	-1,0	167 648	-1,0
2012T4	169 668	-1,1	164 713	-1,0	166 330	-0,8
2013T1	168 724	-0,6	164 452	-0,2	165 995	-0,2
2013T2	168 868	0,1	165 019	0,3	166 692	0,4
2013T3	169 572	0,4	165 828	0,5	167 475	0,5
2013T4	171 211	1,0	167 452	1,0	169 087	1,0
2014T1	171 828	0,4	168 404	0,6	170 314	0,7
2014T2	173 192	0,8	170 383	1,2	172 165	1,1

O Rendimento Disponível Bruto da Nação (RDB) registou um aumento de 1,1% no 2º trimestre de 2014, enquanto a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registou um aumento de 0,7%, o que determinou um aumento de 3,0% da poupança corrente da economia.

A FBC para o total da economia registou um aumento de 1,7% no 2º trimestre de 2014 (variação de 1,4% no 1º trimestre de 2014). Apesar do aumento do

investimento, o referido comportamento da poupança bruta determinou o aumento da capacidade de financiamento da economia para 1,6% do PIB (mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior).

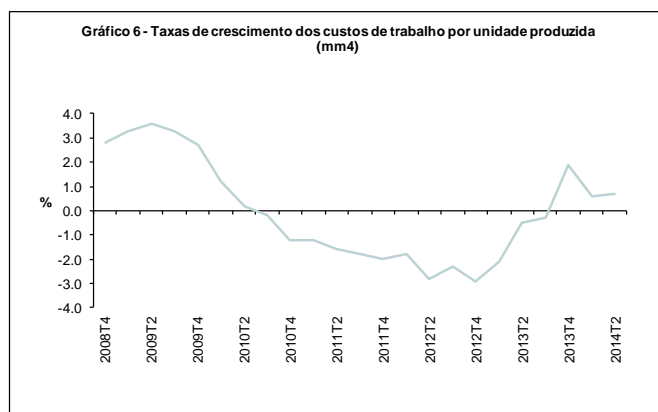
A poupança bruta da economia tem aumentado em todos os trimestres, desde o 4º trimestre de 2012.

Quadro 8 - Poupança e Capacidade/necessidade de financiamento unidade: % do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2008T1	12,4	-1,1	23,2	-9,8
2008T2	11,7	-1,0	23,4	-10,7
2008T3	11,2	-0,8	23,7	-11,7
2008T4	11,0	-0,9	23,3	-11,4
2009T1	10,4	-0,8	22,6	-11,4
2009T2	10,4	-1,1	21,8	-10,3
2009T3	10,9	-1,2	21,2	-9,2
2009T4	10,7	-1,1	20,8	-9,0
2010T1	11,3	-1,0	21,1	-8,9
2010T2	10,9	-0,9	21,4	-9,6
2010T3	10,4	-1,0	20,9	-9,5
2010T4	10,7	-1,3	21,1	-9,1
2011T1	11,2	-1,5	20,8	-8,2
2011T2	11,7	-1,4	20,2	-7,1
2011T3	12,6	-1,5	20,0	-5,9
2011T4	13,0	-1,4	18,5	-4,1
2012T1	12,6	-1,6	17,6	-3,5
2012T2	13,1	-1,7	16,9	-2,1
2012T3	13,0	-1,8	16,1	-1,3
2012T4	14,0	-2,0	16,6	-0,6
2013T1	14,5	-1,8	16,1	0,2
2013T2	14,8	-1,8	15,6	1,0
2013T3	15,1	-1,7	15,7	1,1
2013T4	15,2	-1,5	15,4	1,3
2014T1	15,4	-1,5	15,5	1,4
2014T2	15,8	-1,5	15,7	1,6

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) desaceleraram

No 2º trimestre de 2014, os CTUP registaram um aumento de 0,7% (0,6% no trimestre anterior), tendo a remuneração média aumentado também 0,7%.



Revisões dos saldos dos setores institucionais com as novas séries das contas nacionais

Para uma melhor compreensão dos resultados agora obtidos apresentam-se seguidamente as alterações conceptuais com impacto mais relevante nas contas nacionais por setor institucional.

a) Uma das principais alterações foi a introdução de novas regras de análise da classificação setorial das unidades institucionais. As Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) que, no SEC 95, eram classificadas no setor institucional da maioria das suas filiais. Essa regra foi alterada com o SEC 2010 que estabelece de modo geral que “uma Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS) que detém os ativos de sociedades filiais mas não realiza quaisquer atividades de gestão é considerada uma instituição financeira cativa e classificada como uma sociedade financeira”. Consequentemente, a maioria das SGPS deixa de integrar o setor das Sociedades não Financeiras, passando a estar incluída no Setor das Sociedades Financeiras. Dada a natureza da atividade das SGPS, predominantemente vocacionadas para a gestão de ativos financeiros, esta reclassificação não tem impacto significativo nas contas de produção e exploração (e, consequentemente no PIB), mas sim nas contas de afetação do rendimento, nomeadamente nos fluxos de rendimentos de propriedade, de capital e financeira.

Como explicado mais detalhadamente no destaque relativo à notificação do PDE, verificaram-se também alterações significativas das regras para a classificação setorial de unidades institucionais públicas.

A integração destas unidades no setor das AP apresenta consequências de vária ordem: i) uma vez que muitas das unidades em causa apresentam resultados de exploração negativos, a sua inclusão no setor das AP conduz à reavaliação da produção em alta (e do VAB e do PIB) no montante do respetivo défice de exploração, visto que o produto passa a ter um carácter não mercantil sendo avaliado pelo custos correspondentes à sua obtenção, incluindo-se nestes custos o consumo de capital fixo; ii) a transferência das unidades e o acréscimo do valor de produção, referido no ponto anterior, conduzem ao aumento do peso relativo das AP no VAB, e à redução do peso do setor das Sociedades, particularmente das Não Financeiras; iii) sendo estas unidades tipicamente deficitárias, a sua inclusão no setor das AP tende a agravar a necessidade de financiamento deste setor, melhorando em contrapartida a das Sociedades (Financeiras e Não Financeiras).

b) Foi também alterada a classificação setorial e a valorização da produção das “entidades com fins especiais” (*Special Purpose Entities* – SPE) – unidades com pouca presença física. Comparativamente com os resultados produzidos em SEC 95, estima-se que esta alteração tenha tido um impacto negativo no PIB de cerca de 676 milhões de euros em 2011, localizando-se sobretudo na Zona Franca da Madeira. Todavia o impacto no Rendimento Nacional Bruto terá sido tendencialmente nulo, uma vez que o fluxo de transferência dos rendimentos correspondentes, nomeadamente dividendos, para o resto do mundo deixa de ser registado em SEC 2010.

c) Ao contrário do SEC 95, em que a transferência dos fundos de pensões de empresas para o setor das AP dava lugar ao registo, no momento em que ocorria, de uma receita com efeito positivo no seu saldo, o SEC 2010 classifica essa transferência como operação financeira, sem impacto no saldo. Do mesmo modo, e na medida em que os ativos dos fundos transferidos cubram os compromissos assumidos com o pagamento futuro das pensões, também estes pagamentos são registados como uma operação financeira, garantindo-se assim a neutralidade inter-temporal da transferência de fundos de pensões. Esta alteração determinou uma reavaliação em alta da necessidade de financiamento das AP, no montante dos fundos transferidos, nos anos em que houve transferência de fundos de pensões, por contrapartida dos setores de proveniência desses fundos (Sociedades Financeiras ou Não Financeiras).

d) Por fim refira-se as alterações introduzidas na Balança de Pagamentos com a implementação da 6ª versão do respetivo manual (BPM6) e do desenvolvimento de um novo sistema de recolha de informação pelo Banco de Portugal, com impactos nos saldos do Resto do Mundo.

As alterações metodológicas e de fontes estatísticas introduzidas na base 2011 das Contas Nacionais Portuguesas conduziram a revisões, por vezes significativas, em vários agregados macroeconómicos, nomeadamente na capacidade/necessidade de financiamento dos vários setores institucionais.

Os gráficos apresentados na página seguinte comparam a capacidade/necessidade de financiamento dos setores institucionais, para o período 1995 a 2013, em base 2006 e em base 2011. As diferenças mais significativas observadas nos setores das Sociedades e das AP resultam fundamentalmente da alteração do registo das transferências de fundos de pensões.

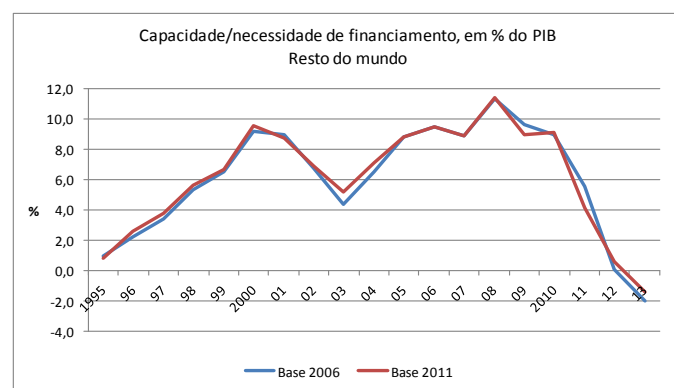
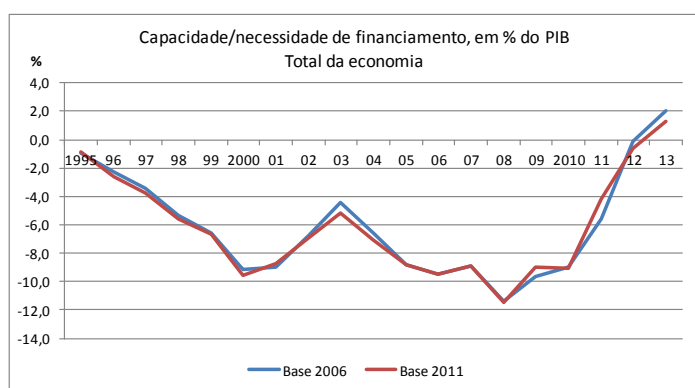
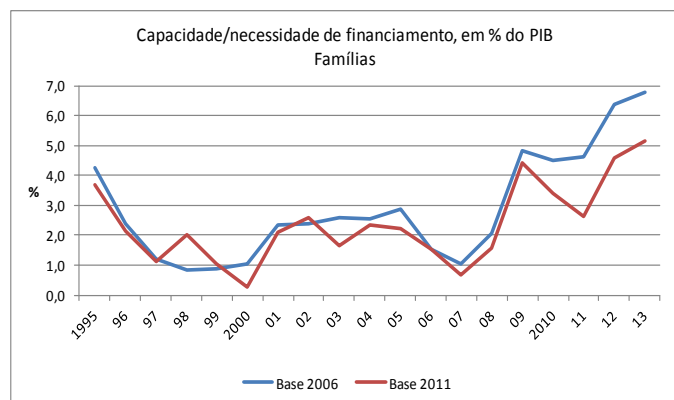
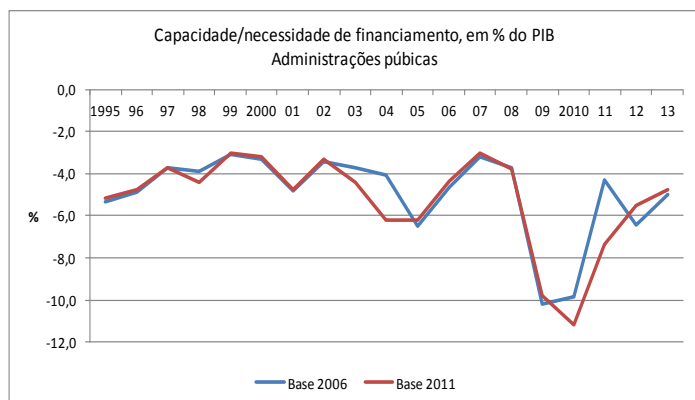
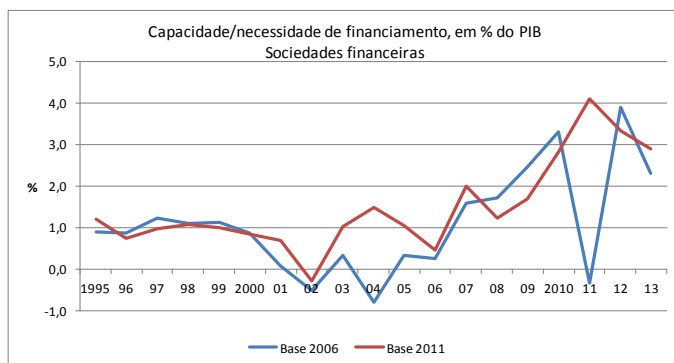
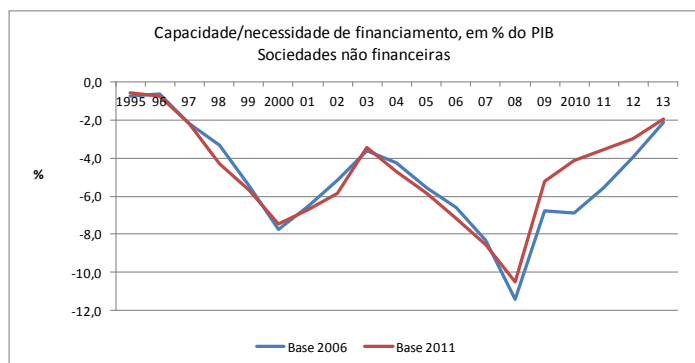
Assim, relativamente à base 2006, destaca-se a redução da necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras no ano de 2010, em base 2011, em resultado da anulação do impacto da transferência do fundo de pensões da Portugal Telecom no saldo das AP. Por sua vez, no setor das Sociedades Financeiras sobressaem os anos de 2004 e 2011, em que o setor passou de necessidade de financiamento em base 2006 para capacidade de financiamento em base 2011, em resultado da anulação do impacto das transferências dos fundos de pensões da Caixa Geral de Depósitos (2004) e das Instituições Financeiras (2011). Nas AP verificou-se a situação simétrica, com o agravamento significativo das necessidades de financiamento nos anos de 2004, 2010 e 2011.

No setor das Sociedades Financeiras, destaca-se também a integração neste setor das sociedades gestoras de participações sociais, que não exercem funções de gestão de grupos de empresas anteriormente classificadas no setor das Sociedades Não Financeiras. Em consequência, houve alterações significativas dos fluxos de rendimentos de propriedade (juros e dividendos) do setor financeiro. Ainda neste setor, foram introduzidos aperfeiçoamentos na avaliação da produção do serviço de seguros.

Quanto ao setor das Famílias, os resultados apresentados em base 2011 a capacidade de financiamento é tendencialmente revista em baixa, afastando-se de forma mais expressiva da série anterior a partir de 2010, com enfoque especial no ano de 2011. As principais causas, transversais praticamente a toda a série, relacionam-se por um lado com o cálculo dos juros pagos e recebidos pelo setor e, por outro, com os dividendos recebidos. Com efeito, com a implementação da base 2011 foram aprofundados os trabalhos de apropriação e validação da informação das empresas (através de um recurso mais intensivo aos dados da IES) relativas aos fluxos de juros e dividendos, o que permitiu aumentar a qualidade dos resultados. Contudo tal determinou a revisão em baixa quer dos juros quer dos dividendos recebidos pelas famílias, particularmente nos anos mais recentes no caso dos dividendos. Em menor grau, a capacidade de financiamento ao longo da série foi também afetada por uma reavaliação em baixa das remunerações, associada sobretudo a um menor nível de emprego remunerado que o assumido na base anterior de Contas Nacionais.

Relativamente ao Resto do mundo, apesar da implementação da 6ª versão Manual da Balança de pagamentos (BPM6) e do desenvolvimento de um novo sistema de recolha de informação pelo Banco de Portugal, os saldos do Resto do Mundo com a economia portuguesa não apresentaram alterações significativas ao longo da série face ao apurado na base 2006.

Saldos dos setores institucionais – Comparação entre a Base 2011 e a Base 2006



Nota metodológica

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. Caso nada seja indicado em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas (SEC95), sendo de destacar as definições seguintes:

Capacidade/necessidade de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo Final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais com a aquisição de bens e serviços para satisfação direta de necessidades humanas, quer individuais, quer coletivas.

Custos do trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A formação bruta de capital fixo (P.51) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) inclui a FBCF, a Variação de Existências e a Aquisição (líquida de cessões) de Objetos de Valor.

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O rendimento nacional bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remunerações de empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração (brutos ou líquidos) e rendimento misto (bruto ou líquido).

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – É a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Sector institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – Representa o rácio entre a Formação bruta de capital fixo e o Valor acrescentado bruto.

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível, ajustado com a variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões.